



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA DO RIO PARAÓPEBA**  
**Ata da 83ª reunião, realizada em 31 de março de 2015**

1 Em 31 de março de 2015, reuniu-se a Unidade Regional Colegiada do Rio  
2 Paraopeba (URC Paraopeba) do Conselho Estadual de Política Ambiental  
3 (COPAM), em Belo Horizonte, Minas Gerais. Participaram os seguintes  
4 membros titulares e suplentes: o presidente André Luis Ruas, da Secretaria  
5 de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD);  
6 Daniele Vieira Silva, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e  
7 Abastecimento (Seapa); Sônia Maria Costa Greco, da Secretaria de Estado  
8 de Desenvolvimento Econômico (Sede); Paulo Emílio Guimarães Filho, da  
9 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana  
10 (Sedru); Juliano José Trant de Miranda, da Polícia Militar de Minas Gerais  
11 (PMMG); Mauro da Fonseca Ellovitch, da Procuradoria-Geral de Justiça  
12 (PGJ); Ubaldina Maria da Costa Isaac, do Instituto Brasileiro do Meio  
13 Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Nicolaas  
14 Leonardus Maria de Knegth, do Departamento Nacional de Produção  
15 Mineral (DNPM); Licínio Eustáquio Mol Xavier, da Associação Mineira de  
16 Municípios (AMM); Marcos José Jeber Jardim, do Comitê da Bacia  
17 Hidrográfica do Rio Paraopeba (CBH Paraopeba) – representantes do  
18 poder público; Paula Meireles Aguiar, da Federação das Indústrias do  
19 Estado de Minas Gerais (Fiemg); Carlos Alberto Santos Oliveira, da  
20 Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg);  
21 Emanuel de Paiva Braga, da Federação das Associações Comerciais e  
22 Empresariais do Estado de Minas Gerais (Federaminas); Francisco de Assis  
23 Lafetá Couto, do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais  
24 (Sindiextra); Elizabeth Ferreira do Nascimento, do Conselho Regional de  
25 Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG); Gleyber Ferreira e  
26 Silva Carneiro, da Kaluana Upiara Conservação e Gestão; Geraldo Antunes  
27 da Conceição, do Instituto Ekos Brasil; Cintia Garabini Lages, da Pontifícia  
28 Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas); Sulamita Moreira  
29 Fernandes, do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de  
30 Brumadinho – representantes da sociedade civil. **Assuntos em pauta. 1)**  
31 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino  
32 Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente André Luis Ruas declarou  
33 aberta a 83ª reunião da Unidade Regional Colegiada do Rio Paraopeba e  
34 leu o memorando em que é feita a sua indicação para presidir a sessão,  
35 com justificativa de ausências das conselheiras titular e primeiro suplente  
36 representantes da SEMAD. Em seguida, desejou boas-vindas à nova  
37 conselheira da URC, presente nesta sessão, Sônia Maria Costa Greco,

38 representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico  
39 (Sede). **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS**  
40 **GERAIS.** Conselheiro Mauro da Fonseca Ellovitch: “Eu gostaria, de público,  
41 de dar boas-vindas ao doutor Geraldo Vítor, que assumiu a  
42 superintendência da Supram, e ao doutor André, que está agora como  
43 diretor jurídico. Eles assumiram esse grande desafio de trabalhar na  
44 Supram Central. Tivemos o primeiro contato e estamos muito esperançosos  
45 nesta nova fase de trabalho conjunto. Eu desejo a melhor sorte do mundo a  
46 vocês.” Conselheiro Licínio Eustáquio Mol Xavier: “Ao longo do dia de hoje,  
47 na Associação Mineira de Municípios, está acontecendo a provável eleição  
48 do novo presidente da AMM. Disputam a eleição os prefeitos Antônio Julio,  
49 de Pará de Minas, e Gilmar Machado, de Uberlândia. A previsão é que  
50 estejam em Belo Horizonte 600 prefeitos para essa eleição. E um convite  
51 que faço a todos é que no Sicepot, no dia 23 de abril, nós vamos estar com  
52 a doutora Marília Melo, secretária adjunta de Estado de Meio Ambiente,  
53 para lançamento de um manual de sustentabilidade em canteiros de obras.  
54 Ao longo de sete anos em que lá me encontro, sempre visitamos canteiros,  
55 sobretudo de obras do DER e Dnit, o que nos levou a fazer um manual para  
56 orientar os engenheiros de obras visando uma qualificação melhor na  
57 instalação de equipamentos. O lançamento do livro será feito no dia 23, e,  
58 oportunamente, eu irei reiterar esse convite.” Conselheiro Geraldo Antunes  
59 da Conceição: “Eu queria desejar boa sorte à nova conselheira que está  
60 aqui. É muito importante ter pessoas com esse compromisso. Também  
61 manifestar a imensa gratidão de ter o doutor André Felipe, que está  
62 conosco aqui na assessoria jurídica, e, especialmente, o Geraldo Vítor de  
63 Abreu. Eu tenho uma larga convivência com o Geraldo, sei de sua  
64 capacidade e do seu trabalho. Ele, com certeza, trará bons frutos a esta  
65 Casa. Agradecemos a todos os demais superintendentes que passaram por  
66 aqui, que tiveram, sim, a sua contribuição. E nesta hora nós gostaríamos de  
67 contar com toda a capacidade que o Geraldo tem, e eu desejo, em nome do  
68 Instituto Ekos, que ele seja bem-vindo. Precisamos, realmente, não só de  
69 vocês, mas também de todo o corpo de funcionários desta Casa e de todo o  
70 Sisema, para que possamos colocar em evidência a necessidade de  
71 controle ambiental em todas as suas fases.” Presidente André Luis Ruas:  
72 “Eu queria aproveitar e dar boas-vindas ao doutor Geraldo Vítor de Abreu.  
73 Ele foi nomeado, neste ano, como novo superintendente da Supram Central  
74 Metropolitana. Ele tem uma experiência grande de Brasília, junto ao  
75 Ministério de Meio Ambiente, e desejamos muito boas-vindas a ele. Tenho  
76 certeza que irá agregar muito ao Sisema, tanto pela experiência, pelo  
77 conhecimento que ele tem, e, especialmente, para a Supram Central.  
78 Realmente, passaram vários superintendentes excelentes pela Supram  
79 Central, e tenho certeza de que o doutor Geraldo vai ser mais um  
80 superintendente a contribuir para os trabalhos aqui feitos. Sejam bem-

81 vindos o doutor Geraldo e o doutor André Siuves, que é o diretor de  
82 Controle Processual. Desejo muito bom trabalho aos dois junto à Supram  
83 Central Metropolitana.” Conselheiro Gleyber Ferreira e Silva Carneiro: “No  
84 dia 3 de dezembro de 2014, o jornal “Hoje em Dia” publicou notícia, com  
85 relação à atuação da gestão anterior, de que o ex-secretário Adriano estaria  
86 omitindo os autos de infração para facilitar os processos de licenciamento  
87 da mineradora MMX. Tem, inclusive, um trecho da matéria que fala o  
88 seguinte: ‘O Hoje em Dia teve acesso à denúncia apresentada pelo  
89 Ministério Público resultado da Operação Espeleo, onde constam trechos  
90 de interpretações telefônicas autorizadas pela Justiça. As escutas  
91 revelaram conversas em que a subsecretária Estadual de Gestão e  
92 Regularização Integrada, Maria Cláudia Pinto, que também é ré no  
93 processo, afirma que estava enrolando o MP e que o embargo das obras da  
94 MMX nas minas em Serra Azul, solicitado após vistorias, não ocorreu  
95 porque o Adriano teria impedido’. E outra matéria, do dia 18 de fevereiro de  
96 2013, traz o seguinte: ‘O sistema de abastecimento de água da capital  
97 mineira e região metropolitana está comprometido pela exploração  
98 minerária na área de nascentes do rio Manso, em Brumadinho, na Grande  
99 BH. O alerta faz parte de um inquérito policial que apura crimes ambientais  
100 praticados desde 2011 pela mineradora MMX, do Grupo EBX. A empresa  
101 estaria bombeando água, sem autorização, na região conhecida como  
102 Serra Azul, às margens da BR-381. Também é investigada pela extração  
103 mineral e abertura de vias internas de acesso em áreas de preservação  
104 permanente protegidas pela legislação’. Eu tenho acompanhado o noticiário  
105 a respeito do nível dos reservatórios em Minas Gerais, especialmente no  
106 caso de Várzea das Flores, onde se encontra a sede da nossa instituição.  
107 Na área do entorno da represa, se comparada a vegetação de Várzea das  
108 Flores com a de Serra Azul, a de Várzea das Flores está mais prejudicada,  
109 menos preservada do que a de Serra Azul, e, mesmo assim, o reservatório  
110 de Várzea das Flores está ainda superior ao reservatório de Serra Azul. Nós  
111 sabemos que o motivo dessa crise hídrica no país inteiro é devido ao fator  
112 chuva, mas eu acredito que os fatores de atividade minerária também,  
113 nesse caso específico da MMX, afetou diretamente no nível de  
114 represamento de Serra Azul. Eu trouxe essa notícia também pelo seguinte:  
115 eu, como conselheiro – gostaria de compartilhar isso com os colegas –,  
116 estou me sentindo bastante desconfortável com relação a muitas coisas que  
117 vêm acontecendo. Não que eu queira apedrejar ninguém, mas eu acho que  
118 devemos debater para poder progredir, para poder melhorar. Ontem, na  
119 reunião da Comissão Paritária do Rio Paraopeba, eu solicitei vista, três  
120 vezes, de um processo. A presidência, a assessoria e também o  
121 empreendedor insistiram tanto. Eu pedia vista, e eles rebatiam, até que  
122 chegou um momento em que eu me senti totalmente constrangido e abri  
123 mão do meu pedido de vista, mesmo não me sentindo seguro para decidir a

124 respeito do processo. É engraçado, porque o processo fica, vários meses,  
125 na mesa da Secretaria, e, quando vem para a pauta, pedimos vista para  
126 estender mais um mês de prazo para votação do processo, e somos  
127 apedrejados, principalmente as ONGs, quando não somos acusados de  
128 intenções de prejudicar o empreendedor, de travar o processo. E acabamos  
129 sendo coagidos nesse direito de conhecer o processo e votar com  
130 responsabilidade a respeito desse processo. Foi aprovada uma moção  
131 desde 2013, na Comissão Paritária, a respeito da gestão ambiental do  
132 município de Betim. Houve um caso em que a prefeitura deu licença de  
133 limpeza de lote, e, na verdade, houve supressão de sub-bosque de mata  
134 atlântica. Denunciamos na prefeitura, foi a fiscalização, e eles tentaram  
135 abafar o caso. Aí, eu trouxe a denúncia para o Estado, o IEF foi até a área,  
136 averiguou e constatou isso que eu já disse, que era sub-bosque de mata  
137 atlântica, autuou e embargou a obra. Apesar de ter apresentado a denúncia  
138 também para o Ministério Público local, até hoje eu não recebi nenhum  
139 retorno do MP local a respeito dessa intervenção. Recentemente, esses  
140 casos vêm se repetindo no município de Betim. Um vereador mesmo do  
141 município, outro dia, publicou na rede social Facebook denunciando uma  
142 área que teve a licença de terraplanagem e, na verdade, suprimiu  
143 vegetação, interferiu em nascentes também. Isso segundo a fala do próprio  
144 vereador do município. E várias outras denúncias que têm chegado até a  
145 nossa organização, de moradores indignados com a situação como a  
146 gestão ambiental do município vem sendo conduzida. Ontem, na reunião da  
147 Comissão Paritária, eu pedi a respeito do retorno dessa moção que tinha  
148 sido aprovada em dezembro de 2013. A presidência não tinha essa  
149 resposta, e, depois desse tempo todo em que ela falou que vai averiguar e  
150 cobrar do setor responsável, com certeza, não vai dar em nada, não vai ter  
151 retorno nenhum. Enquanto isso, os desmatamentos continuam dentro do  
152 município. Uma das ações que eu fiz: eu mandei um dos integrantes do  
153 nosso instituto ir até a prefeitura e pedir cópia de todas as atas do Codema,  
154 para termos ciência dos processos que eles estavam votando, o que  
155 estavam autorizando, para esclarecer melhor o caso. Esses documentos  
156 foram negados, e nós registramos um Boletim de Ocorrência contra o  
157 município por ter negado esse documento público. Esses casos ainda  
158 continuam, e eu gostaria de colocar essa discussão para a plenária, porque  
159 nós conselheiros temos uma responsabilidade muito grande. Eu me senti  
160 extremamente indignado, inconformado e senti mal-estar com relação à  
161 situação da MMX, porque eu votei no processo e fui a favor. Mesmo não  
162 tendo essa responsabilidade, eu acabo me sentindo corresponsabilizado, a  
163 nossa responsabilidade é muito grande. O governo nos mobiliza em nome  
164 da democracia, o que é muito válido, chegamos aqui, e funciona diferente,  
165 sofremos pressão, não fazem o que solicitamos. Pedimos vista, e  
166 reclamam. Então, eu acho que nós conselheiros não podemos permitir isso,

167 nós temos que fazer valer o nosso dever, temos que assumir a nossa  
168 responsabilidade, que é muito grande. Se eu não estivesse disposto a  
169 assumir essa responsabilidade, eu já teria saído, já teria aberto mão da  
170 minha função de conselheiro e deixado para lá. Mas eu acho que não é  
171 assim que nós buscamos uma melhoria dentro da nossa sociedade, nós  
172 temos que ter coragem para agir. Eu pensei em colocar uma nova moção  
173 para aprovarmos, mas refleti melhor. Eu gostaria de debater com os  
174 colegas a respeito dessa situação, para tomarmos uma direção para  
175 resolver essa situação. É muito válido, nós devemos debater, discutir,  
176 ampliar a gestão participativa, principalmente dos municípios, até para  
177 facilitar para os empreendimentos, para agilizar o processo de  
178 licenciamento, mas esses municípios precisam ser orientados, capacitados  
179 pelo Estado e acompanhados. Não é que vai ter intervenção estatal toda  
180 hora, mas o governo tem que ver o que eles estão fazendo. Dentro também  
181 das competências do COPAM, uma das competências é a polícia  
182 administrativa, então, também é nossa responsabilidade acompanhar esses  
183 casos, esses processos. A priori, eu um tinha pensado em formarmos uma  
184 comissão para acompanhar, especificadamente, como está sendo feita a  
185 gestão ambiental no município de Betim. Eu gostaria de abrir para o  
186 debate.” Conselheira Paula Meireles Aguiar: “Com relação à questão do  
187 pedido de vista, eu concordo que é um absurdo, é prerrogativa do  
188 conselheiro. Eu acho que não tem nem que perguntar: pediu vista, pega o  
189 processo e vai embora, não tem nem que discutir. Se o empreendedor  
190 reclamar ou não, é um direito dele. Mas é prerrogativa, não tem nem que  
191 ser questionado. O que acontece, algumas vezes, quando é feito pedido de  
192 vista, é o empreendedor colocar a urgência, e está no direito dele. Mas você  
193 tem a prerrogativa. Eu concordo plenamente, isso não deveria nem ser  
194 discutido, nós aprovamos o regimento, nós colocamos isso lá. Então nem  
195 vou discutir isso. A questão específica da MMX tem um inquérito civil, uma  
196 ação, então, eu prefiro esperar a conclusão disso para poder manifestar.  
197 Mas nós temos que ter muita responsabilidade. Agora, eu queria falar com  
198 relação à questão da gestão municipal. Eu também me preocupo muito com  
199 a questão do licenciamento municipal. Nós tentamos, no ano passado, criar  
200 um Grupo de Trabalho. Nós criamos um Grupo de Trabalho e tentamos  
201 discutir, durante um ano, a questão da definição do impacto local. É muito  
202 difícil, é muito complicado, mas não podemos, realmente, soltar não. Eu me  
203 preocupo muito. Você colocou que, às vezes, facilita para o empreendedor,  
204 agiliza, mas os casos que temos verificado... Eu não estou falando que o  
205 município está errado, mas ele é mal orientado mesmo, mal capacitado. Um  
206 exemplo claro: supressão de mata atlântica, eu preciso de EIA/Rima, está  
207 na Lei da Mata Atlântica, só que o licenciamento municipal é municipal.  
208 Mas, se tiver supressão de mata atlântica dentro de todas as características,  
209 necessitaria de um EIA/Rima. Às vezes, o município não sabe, não pede o

210 EIA/Rima, e o empreendedor, quando vai suprimir, verifica isso e tem que  
211 refazer o processo, levar para o estadual. Então, para o empreendedor, é a  
212 pior coisa do mundo. O Minas Sustentável, programa da Fiemg, está  
213 começando agora em abril, com uma capacitação online, mas depois será  
214 presencial. São 250 gestores municipais, e o foco principal é chamar  
215 atenção para a responsabilidade do gestor ambiental. Inclusive, nós  
216 queremos chamar o Ministério Público para todas as presenciais para levar  
217 o número de ações civis públicas que estão colocadas para cada prefeito,  
218 que são abertas em cada gestão, para mostrar a realidade, a  
219 responsabilidade deles, porque muitos não sabem, e é falta de informação.  
220 Então, eu concordo, acho que nós devemos acompanhar. A minha  
221 sugestão, na verdade, é que esse assunto seja levado à CNR, porque a  
222 própria CNR vai discutir essa questão de impacto local. O subsecretário  
223 colocou como objetivo, porque nós temos que definir isso, de impacto local.  
224 A minha sugestão foi que fizéssemos lá. Eu sei que tem uma gerência  
225 específica, um núcleo de acompanhamento, que foi criado agora, e acho  
226 que nós temos que acompanhar junto com eles. Eu acompanho as suas  
227 palavras e acho muito importante acompanhar, porque, para o  
228 empreendedor, pode ser também um tiro no pé. Só aproveitando agora, eu  
229 queria dar boas-vindas ao nosso novo superintendente Geraldo, aos novos  
230 técnicos que entraram agora, ao novo subsecretário. Dar boas-vindas, boa  
231 sorte. Já devem ter visto que o trabalho não é fácil, principalmente com a  
232 falta de estrutura do Estado, a falta de condições de dar garantias para o  
233 servidor e até de prestar um serviço eficiente para o empreendedor. Mas eu  
234 quero colocar a Fiemg e me colocar também à disposição para ajudar em  
235 logística, capacitação, naquilo que pudermos fazer em parceria.”  
236 Conselheiro Mauro da Fonseca Ellovitch: “Eu faço cor às palavras da Paula,  
237 especialmente no sentido de que pedido de vista é regimental. Para poder  
238 julgar um procedimento, tem que conhecer o que tem de documentação, o  
239 que tem de estudo, e só tem a possibilidade de fazer isso se tiver vista e  
240 acesso à documentação dos autos. Sem isso, não teve direito à informação  
241 e não está apto a votar, se não se sente confortável. Ao mesmo tempo, eu  
242 entendo que é também legítimo ao empreendedor, ele vai pedir, vai  
243 apresentar as suas razões, e cabe a você não ceder a esse tipo de  
244 argumentação. Ele vai argumentar, e você fala: ‘Eu compreendo, mas  
245 preciso conhecer o procedimento.’ Mantenha o seu pedido de vista, eu acho  
246 que o senhor não deveria ter desistido dele. Quanto aos licenciamentos, no  
247 caso das ações propostas, até porque eu sou signatário das ações, eu não  
248 vou me manifestar. Em relação aos licenciamentos municipais,  
249 especialmente dos licenciamentos de Betim, como a conselheira Paula  
250 colocou, como não houve definição do que seria impacto local para  
251 normatização estadual, todos esses municípios estão licenciando por meio  
252 de convênios. E um dos termos do convênio é que o Estado pode fazer a

253 revisão ou chamar a responsabilidade ou até revogar esse convênio. Pela  
254 reclamação que o senhor está colocando, que já é reiterada – eu tive o  
255 mesmo feedback da promotora de Betim. Eu gostaria de solicitar à SEMAD  
256 que formasse um grupo técnico. Eu acho que não têm que fazer parte os  
257 conselheiros. A equipe técnica da SEMAD tem que pegar alguns  
258 procedimentos de lá, por amostragem, ver se estão sendo conduzidos de  
259 maneira adequada, chamar para uma reorientação ou até para suspensão  
260 do convênio. Então, eu gostaria de deixar o meu pedido também nesse  
261 sentido. Precisamos, urgentemente, definir impacto local, eu parabeno a  
262 Fiemg pela iniciativa da capacitação dos Codemas. Eu me coloco à  
263 disposição. E eu até gostaria de citar como exemplo uma das experiências  
264 mais felizes que eu tive nesses seis ou oito anos em que estou como  
265 conselheiro do COPAM. Foi um trabalho que nós fizemos em conjunto com  
266 a Fiemg, a SEMAD, a Polícia Militar e uma ONG, no Alto São Francisco,  
267 para ajudar a orientação dos empreendedores do setor ceramista, em  
268 Igaratinga. Então, foi muito legal, uma parceria, todas as instituições  
269 colaboraram. Houve um esclarecimento que eu acho que reduz muito  
270 conflito. Então, eu acho que nós poderíamos tentar trabalhar uma iniciativa  
271 conjunta dessa para capacitação de Codemas, dos gestores, dos técnicos,  
272 a SEMAD ensinar como é feito parecer, o que tem que constar; o Ministério  
273 Público, a Fiemg, a Polícia Militar, as outras instituições passando um  
274 pouco de como é o trabalho aqui do COPAM, quais são as restrições legais;  
275 a Fiemg, como orientar melhor os empreendedores. Fica a ideia, e, no que  
276 pudermos colaborar na iniciativa que a Fiemg já começou, eu me coloco à  
277 disposição.” Conselheiro Geraldo Antunes da Conceição: “Eu estou vendo  
278 aqui todas essas manifestações com relação aos fatos narrados pelo colega  
279 Gleyber e queria deixar aqui só mesmo o fato de que eu fui secretário  
280 municipal de Meio Ambiente da Prefeitura de Betim, na gestão passada.  
281 Não sou advogado da atual gestão, não estou fazendo esse papel, mas  
282 gostaria de deixar claro que a Prefeitura de Betim, a Secretaria de Meio  
283 Ambiente, tem um corpo técnico altamente qualificado. Com certeza, algum  
284 fato ocorreu. Eu quero aqui, na verdade, me colocar como advogado e  
285 como defesa dos funcionários da Casa, dos funcionários da prefeitura, que  
286 são técnicos que têm larga experiência, que estiveram conosco. Eu vou  
287 apenas ressaltar um licenciamento que foi feito durante a minha gestão. O  
288 1º Termo de Cooperação Técnica do Ibama – a Ubaldina não me deixará  
289 mentir, faltar com a verdade – foi feito em 2009 para 2010, para  
290 licenciamento de um trecho federal, que é o contorno rodoviário de Betim.  
291 Foi um licenciamento muito difícil, até mesmo para fazer o seu Termo de  
292 Cooperação Técnica. A Ubaldina trabalhou comigo em todo o período,  
293 como também o Ibama e o próprio nosso superintendente Geraldo Vítor  
294 estiveram conosco nesse processo. Então, eu queria aqui manifestar o meu  
295 apoio e reconhecimento aos funcionários técnicos da Secretaria de Meio

296 Ambiente. É lógico que eu não estou aqui para dizer o que houve ou o que  
297 deixou de haver, só quero deixar claro que existe equipe técnica  
298 competente, responsável e profissional dentro da Secretaria de Meio  
299 Ambiente de Betim. Essa é a minha contribuição, não estou aqui  
300 defendendo a gestão do atual, só estou querendo deixar claro que existem  
301 pessoas confiáveis e capazes dentro daquela secretaria.” Conselheiro  
302 Gleyber Ferreira e Silva Carneiro: “Eu gostaria de fazer uma pergunta para  
303 o colega conselheiro Geraldo. Só um dos casos que eu citei, que foi esse  
304 caso. Mesmo o fiscal da prefeitura estando lá, disse que tinha suprimido um  
305 matinho, mesmo assim, o fiscal do IEF, quando retornou, posteriormente,  
306 constatou que foi supressão de bosque de mata atlântica, em estágios  
307 médio e avançado de conservação. Então, eu te pergunto: será que está  
308 tendo ingerência política dentro da gestão municipal ambiental?” Presidente  
309 André Luis Ruas: “Doutor Gleyber, até passando na frente da fala do  
310 conselheiro Geraldo, eu acho que discutir caso particular, como foi feito o  
311 licenciamento lá, é até difícil para ele responder aqui neste plenário, se  
312 houve alguma falha técnica, algum erro humano, possível também de ter  
313 acontecido. Então, fica muito difícil discutir o que aconteceu, fazer uma  
314 auditoria aqui, agora. Eu tenho algumas informações para repassar para os  
315 senhores. Muitas das coisas tanto a conselheira Paula quanto o conselheiro  
316 Mauro já falaram, mas só complementando a fala deles, eu anotei aqui  
317 ponto a ponto. Quanto à questão do pedido de vista, ele é regimental, como  
318 o doutor Mauro falou. Então, o senhor sinta-se à vontade para pedir vista, é  
319 um direito dos conselheiros. Se o senhor não se sentir confortável, faço  
320 minhas as palavras do doutor Mauro. O empreendedor também tem suas  
321 razões, e nós temos que entender isso. Infelizmente, o tempo do  
322 empreendedor, às vezes, não é o tempo do meio ambiente, tem a questão  
323 da economia, corre, e, às vezes, o meio ambiente não anda par a par com o  
324 mundo lá fora. Então ele tem as suas razões, as justificativas, mas nós  
325 temos o regimento. Então, o senhor, por favor, sinta-se à vontade para pedir  
326 vista, e qualquer conselheiro, no momento em que quiser, porque é um  
327 direito. Quanto à ação da MMX, eu também não vou me manifestar, porque  
328 cabe à Justiça. Como a ação está correndo na Justiça, cabe à Justiça fazer  
329 o juízo de valor ou não. Quanto à crise hídrica, o que eu posso falar é o que  
330 eu tenho acompanhado por dentro do governo. Está tendo uma ação não  
331 apenas do Sisema, mas do governo do Estado como um todo. Foi criada  
332 uma força-tarefa com vários órgãos do governo, com participação tanto da  
333 Copasa quanto do IGAM, da SEMAD, para discutir a questão hídrica. Então,  
334 está sendo discutida em uma esfera superior à esfera do Sisema. Mas,  
335 dentro do Sisema, o próprio IGAM e a própria SEMAD, nós estamos  
336 tomando as medidas. Houve uma série de publicações de resoluções  
337 conjuntas SEMAD/IGAM do final do ano passado até este ano revisando,  
338 principalmente, questão de outorga, declaração de área de conflito. Já

339 foram criadas, neste ano, novas áreas de conflito pelo uso da água. Então,  
340 tecnicamente, já estamos tomando as nossas providências. Quanto à  
341 questão do licenciamento municipal, foi criado no ano passado um Grupo  
342 de Trabalho, tanto com participação de órgão do Sisema quanto com  
343 participação de outros órgãos. A AMM esteve presente, o doutor Licínio; a  
344 Fiemg, a doutora Paula; o Ministério Público tinha cadeira também, com a  
345 doutora Cristina Chiodi. O grupo estava realmente discutindo. Esse grupo  
346 foi criado para discutir e regulamentar a Lei Complementar 140/2011, uma  
347 lei federal, que fala sobre as competências entre as entidades da União, da  
348 Federação; Estados e municípios; quem era competente para qual. E fala  
349 que os empreendimentos que causam impacto local são licenciados pelo  
350 município, mas a definição de impacto local é feita pelo COPAM. Esse  
351 Grupo de Trabalho estava, justamente, para propor uma minuta de  
352 deliberação normativa que, depois, seria encaminhada ao COPAM, para  
353 poder discutir e deliberar sobre a criação. Só que houve a mudança de  
354 gestão no ano passado, a mudança de secretário. Neste ano também,  
355 houve mudança de governo. Essa discussão não morreu dentro da SEMAD  
356 – eu posso afirmar aqui perante os senhores –, ela só foi suspensa,  
357 temporariamente, até porque nós estamos discutindo outras questões da  
358 revisão do licenciamento ambiental como um todo. Existe uma  
359 predisposição deste governo de revisar o modelo de licenciamento  
360 ambiental, porque tem ajustes a serem feitos, tanto para melhorar para o  
361 próprio empreendedor quanto para o próprio órgão ambiental, porque nós  
362 sabemos que há críticas e reconhecemos essas críticas. Só que, como é  
363 uma discussão que vai afetar o licenciamento, nós a levamos para uma  
364 discussão maior. É por isso que esse GT de impacto local foi suspenso  
365 temporariamente. Mas, a partir do momento em que for definido isso, muitas  
366 questões que são de competência própria do município irão para o  
367 município. O caso de Betim é um caso atípico, porque em Minas Gerais nós  
368 temos sete municípios que possuem convênio com o Estado para  
369 delegação de competência para fazer licenciamento. São aqueles  
370 empreendimentos listados na DN 74 que foram delegados para alguns  
371 municípios conveniados fazer o licenciamento, e Betim é um deles.  
372 Inclusive, Betim é um dos convênios mais antigos. O município de Betim  
373 pode licenciar hoje classes 3 e 4; classes 5 e 6, não. Como o próprio doutor  
374 Mauro falou, o Estado pode fazer uma auditoria nesses convênios. Como  
375 nós temos recebido algumas denúncias pontuais, assim como essa que o  
376 senhor relatou aqui nesta reunião, foi criado em dezembro do ano passado,  
377 dentro da SEMAD, o Núcleo de Gestão Participativa, que irá ficar  
378 responsável pela gestão desses convênios. Nós, inclusive, já estamos  
379 fazendo auditoria em um processo de Contagem. Eu nem preciso citar o  
380 nome do processo, porque não vem ao caso. Mas nós estamos retomando  
381 essa discussão. Infelizmente, nós temos um agravante, porque temos um

382 corpo técnico muito reduzido. Eu acho que isso não é mistério para  
383 ninguém. Então, infelizmente, não conseguimos fazer revisão de todo o  
384 convênio de uma vez só. Então, teremos que fazer por amostra. Então, o  
385 que eu posso afirmar para o senhor é o seguinte: todas essas colocações  
386 eu vou pedir que fiquem registradas em ata. A questão desse  
387 empreendimento particular eu vou levar para o Núcleo de Gestão  
388 Ambiental, para que faça uma avaliação e, realmente, se for necessário,  
389 uma auditoria sobre esse processo específico. Como eu falei, não  
390 conseguimos auditar todos os processos ao mesmo tempo. Então, levar  
391 para o setor responsável, para fazer essa auditoria – e não seria esta URC  
392 –, para fazer uma avaliação desse processo específico. Vou pedir à  
393 Secretaria Executiva para registrar em ata todas as denúncias que o senhor  
394 fez aqui, e nós vamos levar à SEMAD, para esse núcleo, para que  
395 possamos avaliar esse caso em particular.” Conselheira Ubaldina Maria da  
396 Costa Isaac: “Eu queria só ressaltar o que ele colocou da Prefeitura de  
397 Betim. Realmente, foi o único município do Estado de Minas para o qual o  
398 Ibama descentralizou. Foi o licenciamento do Anel do Contorno. Realmente,  
399 o Ibama acompanhou, e nós não tivemos problema nenhum com o  
400 processo de licenciamento. Foi muito bem conduzido. E eu concordo com o  
401 presidente quando ele falou que tem que ser acompanhado sim, mas falhas  
402 técnicas existem. E nós não podemos generalizar para toda uma equipe  
403 técnica.” Conselheiro Gleyber Ferreira e Silva Carneiro: “Eu acho que o  
404 debate desenvolveu e o caminho é esse mesmo. Foi bom, foi satisfatório no  
405 que eu fui esclarecido pelos colegas e também pela presidência. Eu  
406 gostaria até de contribuir, porque tem vários casos de moradores. Então,  
407 pelo menos esses casos pontuais eu gostaria de ter a oportunidade de  
408 trazer para o grupo responsável, para averiguar.” Conselheiro Geraldo  
409 Antunes da Conceição: “Senhor presidente, eu queria deixar claro aqui para  
410 o meu colega Gleyber que, legitimamente, a denúncia dele tem fundamento  
411 com relação aos pedidos que ele fez. Mas eu queria deixar que o Instituto  
412 Ekos é parceiro, dessa forma, com relação à proteção do meio ambiente.  
413 Não foi uma crítica, e sim, na verdade, uma defesa em prol de um corpo  
414 técnico existente na secretaria. Não foi, de forma alguma, contrária à  
415 proposta que ele fez. Eu acho que tem que ser avaliada, e cada caso é um  
416 caso.” Conselheiro Gleyber Ferreira e Silva Carneiro: “Na verdade, Geraldo,  
417 a minha intenção na pergunta que lhe fiz de forma alguma eu vi como uma  
418 crítica a sua colocação. É porque exatamente você esteve lá dentro do  
419 governo, então, eu imaginei que você poderia saber a respeito se há  
420 ingerência política ou não. Mas, enfim, mesmo que essa pergunta não  
421 tenha sido adequada – eu peço até desculpa –, a intenção foi essa.”  
422 Conselheiro Geraldo Antunes da Conceição: “Eu queria deixar claro que eu  
423 não estou respondendo a pergunta, porque não tenho capacidade de  
424 exercer o meu juízo. Eu apenas disse em favor do corpo técnico e

425 reconheço a preocupação do Gleyber.” **4) EXAME DA ATA DA REUNIÃO**  
426 **ANTERIOR.** Aprovada por unanimidade a ata da 82ª reunião da Unidade  
427 Regional Colegiada do Rio Paraopeba, realizada em 16 de dezembro de  
428 2014, com abstenções dos conselheiros Sulamita Moreira Fernandes e  
429 Marcos José Jeber Jardim. **5) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA**  
430 **EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 5.1) Copagaz Distribuidora de**  
431 **Gás S/A. Base de armazenamento e distribuição de gás liquefeito de**  
432 **petróleo. Ibité/MG. PA 15394/2006/005/2014.** Licença concedida por  
433 unanimidade nos termos do Parecer Único, com abstenção do conselheiro  
434 Gleyber Ferreira e Silva Carneiro, e nova redação para a condicionante nº  
435 2: “Apresentar a comprovação da destinação e do tratamento dos efluentes  
436 sanitários e industriais por empresa licenciada ambientalmente. Prazo:  
437 anualmente, durante a vigência da licença”. **6) PROCESSO**  
438 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO**  
439 **CORRETIVA. 6.1) Dytech Tecalon Indústria e Comércio de Autopeças**  
440 **S/A. Fabricação de peças e acessórios para veículos rodoviários,**  
441 **ferroviários e aeronaves. Juatuba/MG. PA 15972/2010/001/2012.** Licença  
442 concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único, com inclusão e  
443 alteração de condicionantes: – Inclusão de condicionante com a seguinte  
444 redação: “Apresentar projeto de sistema de aproveitamento de água de  
445 chuva, com ART e cronograma de execução. Executar o projeto conforme  
446 cronograma. Prazo: 90 (noventa) dias para a apresentação do projeto, e  
447 execução conforme cronograma”; – Alteração do prazo da condicionante nº  
448 2: “Prazo: anualmente, no mês de março”. **7) ENCERRAMENTO.** Não  
449 havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente André Luis Ruas  
450 declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

---

451  
452 **APROVAÇÃO DA ATA**

---

453  
454  
455 **Presidente André Luis Ruas**